

## **O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais**

João Paulo Avelãs Nunes  
(FLUC e CEIS20 da UC)

### **Introdução**

Cruzando informações e análises aventadas por historiadores e por outros investigadores, procura-se no presente texto, quer esboçar uma caracterização da evolução da historiografia portuguesa ao longo do século XX, quer estabelecer comparações com os trajectos percorridos por outras ciências e tecnologias sociais. Atribui-se relevo, nomeadamente, às relações da comunidade científica da história com os sucessivos regimes políticos e com a “sociedade civil” em geral, com a Igreja/a “acção católica” e/ou com outras confissões religiosas, com as instituições de investigação e ensino nacionais e com congéneres de outros países (antes de mais Espanha e França, Bélgica e Grã-Bretanha/Reino Unido, Itália e Alemanha).

Propõe-se, numa primeira abordagem, uma periodização global que ajudaria a compreender as linhas gerais da evolução da historiografia portuguesa no contexto da estruturação político-institucional e científico-ideológica do país. Identificam-se, posteriormente, cambiantes e excepções que obrigam a uma relativização e a uma complexificação da grelha de interpretação inicialmente explicitada. Referem-se às áreas de conhecimento mais negativamente afectadas pelas opções ideológicas das várias soluções políticas e, em sentido inverso, saberes que, por razões diversas, apresentaram quase sempre graus significativos de autonomia e pluralismo.

Evocam-se, antes de mais, noções fundamentais acerca da história da historiografia e da história da memória histórica, sobre a relevância dessas sub-áreas do conhecimento em termos gerais e, em particular, quando se pretende considerar a evolução cultural de um país como Portugal. À semelhança de outros Estados semiperiféricos ou de desenvolvimento intermédio com um longo período de existência, também entre nós os discursos mais ou menos alienantes “sobre o passado” desempenharam uma função nuclear na legitimação da generalidade dos projectos

político-ideológicos, no reforço da coesão nacional, nas estratégias de posicionamento face a diferentes espaços político-institucionais ou civilizacionais.

Relembra-se, igualmente, tanto os regimes vigentes em Portugal na centúria anterior — do demoliberalismo monárquico ou republicano à democracia, passando por ditaduras de cariz autoritário e/ou totalitário —, como as implicações das respectivas políticas de ciência e tecnologia, de historiografia e memória histórica, de ensino e propaganda. No que concerne ao Estado Novo, salienta-se a hegemonia do “historicismo neo-metódico”, a quase proibição da história económica e social e da história contemporânea, o quase desaparecimento da sociologia.

Aborda-se, também, o modo como evoluíram no nosso país as instituições de investigação e ensino, formação profissional e divulgação científica nas áreas da historiografia e das ciências sociais; a presença e a ausência das diversas correntes historiográficas e a forma como as mesmas se correlacionaram com os sucessivos contextos socioculturais e político-ideológicos; o nível de internacionalização da comunidade de historiadores portugueses e as principais parcerias estabelecidas.

Considera-se, finalmente, o subuniverso das tecnologias derivadas da historiografia. Analisa-se a emergência, a desarticulação e a reestruturação da didáctica da História; as modalidades de enquadramento da “identidade histórica” e do património cultural, da museologia e das “comemorações histórico-patrióticas”; a gestão de vectores como o urbanismo e o planeamento do território, a arquitectura e o *design*, a cultura organizacional e o multimédia (as “indústrias culturais” em geral)<sup>1</sup>.

## **1. História da historiografia e da memória histórica**

Quando se pretende analisar as características de uma determinada área de saber, justifica-se começar por estudar a sua história. Uma tal opção é ainda mais vinculativa quando o objecto de estudo é a “historiografia lusa” no século XX. Tendo em conta a nossa longa existência como Estado independente, as fortes limitações de acesso de grande parte da população à cultura erudita, o carácter semi-periférico do país e as diferenças substanciais — por vezes radicais — entre os figurinos políticos adoptados,

---

<sup>1</sup> Cfr., nomeadamente, G. Bourdieu, 1990; F. Catroga, 2001; M. Ferro, 1985; J.P.A. Nunes, 1989; J.P.A. Nunes, 1995; L.R. Torgal, 1996.

após a Revolução de 25 de Abril de 1974 urgiu começar a contextualizar a história feita em ou sobre Portugal<sup>2</sup>.

Pelo menos desde o pós-Segunda Guerra Mundial, com a progressiva estruturação da hegemonia da “nova história” nos países com regimes democráticos e demoliberais, a análise crítica da sua própria actividade profissional, dos respectivos condicionalismos e implicações, passou a fazer parte da atitude-tipo dos “novos historiadores”. Decorreria essa alteração dos pressupostos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos entretanto adoptados. Algo de semelhante ocorreria, por maioria de razão, no que concerne ao fenómeno ainda mais multifacetado habitualmente designado como “memória histórica”.

Em coerência com o que poderíamos rotular como “paradigma neo-moderno” — e antes mesmo de a “revolução pós-moderna” pretender desarticular as certezas e as práticas associadas ao “paradigma moderno” —, a “nova historiografia” explicitou o imperativo de gerar conhecimento objectivante acerca da realidade (o que é diferente de objectivo ou, em sentido oposto, de subjectivo). Afirmou, ainda, a inevitabilidade da presença de critérios científicos e ideológicos em todos os processos de construção de conhecimento científico; a centralidade do debate teórico-metodológico no interior do universo dos investigadores, do diálogo epistemológico e deontológico com a comunidade envolvente; as virtualidades da observação sistemática das modalidades de de condicionamento e das implicações sociais globais da produção historiográfica.

Ao invés das concepções que afirmam a possibilidade de criação de um conhecimento científico absoluto e definitivo (indiscutível) porque objectivo e neutro, a “nova história” advoga, pois, que a ciência — as “ciências da natureza” e as “ciências sociais” — ‘apenas’ consegue criar leituras parcelar e temporariamente válidas (sempre questionáveis) sobre determinados objectos de estudo. Resultaria esse estatuto de a ciência ser, por definição, fruto do relacionamento dialéctico entre o propósito de conhecer e a vontade de garantir o apoio a mundividências e a interesses pré-existentes; da verificação de que a produção científica acarreta consequências relevantes e é alvo de pressões ou, mesmo, de bloqueios significativos.

---

<sup>2</sup> Cfr., entre outros, G. Bourdieu, 1990; F. Catroga, 2001; H. Coutau-Bégarie, 1983; *Ensaio de ego-história* [...], 1989; *Fazer história* [...], 1977-1987; A.M. Hespanha, 1986; A.M. Hespanha, 1991; F. Jameson, 1991; S.C. Matos, 1990; *La nouvelle histoire* [...], 1978; A.S. Nunes, 1970; J.P.A. Nunes, 2002; *Revista de História Jerónimo Zurita*, 1995; B.S. Santos, 2005; L.R. Torgal, 1989; G. Vattimo, 1987.

Ilustrando e, de certo modo, confirmando a operatividade desta proposta interpretativa, está o facto de, em Portugal como nos outros países ocidentais e ocidentalizados, pelo menos a partir do início do século XIX a generalidade dos grandes sistemas ideológicos ter assumido a forma de “cientismos”. Ou seja, de ideologias que procuram legitimar-se ou reforçar a respectiva credibilidade apresentando-se como decorrências lógicas de “leis científicas”. Por sua vez, “a ciência” — com destaque para a historiografia — forneceria explicações verdadeiras, absolutas e definitivas; revelaria “o caminho a seguir” identificando as vertentes inevitáveis e inalteráveis da realidade humana, apontando as “opções correctas” relativamente às escolhas em aberto.

Ser indiferente ou, pior ainda, opor-se (de forma passiva ou activa) a cada uma das “ideologias científicas” da época contemporânea equivaleria, assim, a recusar “a verdade” e o “bem comum” ou, mesmo, a tentar impor soluções “erradas” ou explicitamente “criminosas”. Tais comportamentos só poderiam ser explicados por “incapacidade intelectual e/ou moral”, por ausência de vontade de resistir a “influências malignas”, por subordinação do “interesse colectivo” a “ambições de grupo” ou a “directrizes emanadas de potências estrangeiras”.

De qualquer forma, a não aceitação — passiva ou activa — das “evidências científicas” legitimaria (exigiria em muitos casos) que os responsáveis pelas ideias e práticas em causa fossem privados da possibilidade de desempenho profissional e de participação cívico-política, da liberdade ou da própria vida. A natureza tendencial ou efectivamente binária destas concepções reduziu ou anulou a probabilidade de estruturação de hábitos de auto-análise e de debate no seio das “comunidades científicas”, ampliou a possibilidade de consolidação de mundividências maniqueístas e de regimes ditatoriais (autoritários ou totalitários).

Face à sua informalidade e complexidade, porque integra a generalidade dos membros de uma comunidade, porque decorre em parte e condiciona a eficácia das “políticas de memória” (das suas várias estratégias), a “memória histórica” justificaria atenção redobrada por parte de quem estuda a evolução do relacionamento das sociedades humanas com a historiografia. Resulta da intervenção — convergente ou contraditória — de inúmeros vectores, é influenciada por permanências e transformações nos planos individual, grupal e colectivo; à escala local/regional, nacional e internacional. Constitui um elemento fundamental de condicionamento do

modo como os indivíduos estruturam o respectivo relacionamento, tanto com a informação sobre “o passado”, como com os estímulos do presente e com as expectativas quanto ao futuro.

Analisar as características e o modo de evolução da(s) “memória(s) histórica(s)” significa, pois, considerar o contributo e o peso relativo dos vários agentes de conformação de cada discurso identitário; reconstituir e interpretar as modalidades e a intensidade de correlacionamento entre as narrativas historiográficas formais e as mundividências generalistas (informais); estudar a relevância das auto-representações “histórico-culturais” na configuração das grelhas de leitura e dos processos de incorporação ou de rejeição de valores e comportamentos oriundos dos meios sociais envolventes. Poderia, assim, afirmar-se que a “memória histórica” e a “identidade histórico-cultural” são dois dos elementos nucleares de todos os horizontes ideológicos (ou, pelo menos, das ideologias ocidentais ou ocidentalizadas na época contemporânea).

Relativamente às instâncias que convergem — mais ou menos harmonicamente — para a consolidação de uma dada “memória histórica”, é consensual destacar os contextos familiar e comunitário, o sistema educativo e de formação profissional, a divulgação científica e a produção artística, o património cultural e a museologia, as “comemorações históricas” e a toponímia, os *mass media* e as “associações de cultura e recreio”, a propaganda política e religiosa. De forma a reforçar a operatividade deste tipo de abordagem, justifica-se verificar se os referidos vectores são acedidos num registo de “cultura erudita”, de “cultura popular” ou de “cultura de massas”; torna-se necessário considerar se se vivem conjunturas de paz ou de guerra, de crise ou de crescimento, de estabilidade ou de mudança, de absentismo ou de mobilização cívicas, de limitação ou de ampliação dos direitos de participação.

## **2. História política e história da historiografia**

Uma vez que se aceita que os quadros ideológicos e as opções políticas exercem uma influência relevante na produção e na recepção de ciência e tecnologia — neste caso de ciências e tecnologias sociais —, inicia-se a presente tentativa de caracterização sintética do evoluir da historiografia portuguesa no século XX por uma proposta de correlacionamento entre uma cronologia de história política e uma cronologia de história da história. Como todos os exercícios de sistematização, também esta hipótese

de interpretação implica um determinado grau de superficialidade ou de escamoteamento de contradições, de elementos minoritários, de tendências embrionárias. Tentar-se-ia, depois, superar parte das referidas limitações<sup>3</sup>.

Depois de um século XIX marcado, por um lado, por um longo período de transição entre a Monarquia Absoluta de Direito Divino e Carácter Corporativo, o Despotismo Esclarecido e o Liberalismo Conservador — Invasões Francesas e transferência da Corte para o Rio de Janeiro, dominação britânica e Revolução de 1820, restauração do absolutismo e Guerra Civil — (de 1807 a 1834); por outro lado, por décadas de regime liberal conservador (de 1834 a 1890), o “longo século XX” português terá conhecido um regime demoliberal com vectores de autoritarismo e matriz monárquica (1891-1910), uma solução demoliberal com vectores de autoritarismo e matriz republicana (1910-1926), um regime autoritário (1926-1933), uma solução de tipo fascista e tendencialmente totalitária (1933-1974), um regime democrático (de 1974 até hoje).

No que concerne à tipologia aqui aventada, os debates científico-ideológicos têm identificado, nomeadamente, os seguintes pontos de maior dissonância: a natureza demoliberal ou ainda liberal conservadora da última etapa da Monarquia Constitucional; o carácter demoliberal ou, em alternativa, “revolucionário” (proto-ditatorial) da Primeira República; a (in)aplicabilidade das categorias de “fascismo” e de “totalitarismo” ao Estado Novo (na “Época do fascismo” e depois do fim da Segunda Guerra Mundial, sob a chefia de António de Oliveira Salazar e com a liderança de Marcelo Caetano). Defendemos, no entanto, as virtualidades interpretativas da taxionomia antes explicitada e as vantagens de não confundir conceitos teóricos com listagens de características empiricamente verificadas.

Por seu lado, a historiografia e, de forma mais sincrética, a “memória histórica” terão evoluído de uma fase de abertura a diversas correntes intelectuais mas na qual se verificava o predomínio das concepções da “escola metódica”, do historicismo romântico e do positivismo (até ao início da Primeira Grande Guerra) para uma etapa de acrescido pluralismo científico-cultural e de reforçado envolvimento político-ideológico (1914-1930). Seguiram-se a etapa de construção e imposição coerciva da hegemonia do

---

<sup>3</sup> Cfr., nomeadamente, G. Bourdê, 1990; F. Catroga, 2001; M. Ferro, 1985; S.C. Matos, 1990; J.P.A. Nunes, 1993a; J.P.A. Nunes, 1993b; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 1996/1997; J.P.A. Nunes, 2002; L.R. Torgal, 1996.

“historicismo neo-metódico” (1930-1974); o período de regresso a uma lógica de pluralismo científico-ideológico e de internacionalização — da comunidade de historiadores e dos públicos —, baseada no predomínio da “nova história” (de 1974 até hoje).

Influenciada, embora, pela historiografia, a “memória histórica” apresentou traços de maior continuidade em torno de mitemas como a “grandeza da história pátria” apesar das fases de decadência, a permanência de uma mesma “identidade nacional” pelo menos a partir da Idade Média, a postura “humanista e universalista” dos portugueses por contraponto às atitudes (mais) violentas e/ou segregacionistas de outros povos (espanhóis, britânicos, franceses, holandeses, etc.), o carácter periférico da nossa experiência histórica e conseqüente não presença de muitos dos fenómenos que condicionaram o devir dos Estados centrais (por exemplo, o feudalismo, a escravatura, o antijudaísmo e o antisemitismo, o fascismo).

Sobre ou a propósito desta periodização, alguns estudiosos chamam a atenção para o cariz ontologicamente ideológico da historiografia e para a quase impossibilidade de encontrar momentos, autores ou correntes cujas narrativas sejam pouco ou nada determinadas por valores cívicos; ou, em alternativa, para a universalidade e indiscutibilidade dos pressupostos da “escola metódica”. Outros investigadores desvalorizam a importância das opções teóricas, afirmando que o discurso historiográfico se resume ao “apuramento de factos” e ao estabelecimento de nexos causais simples entre os mesmos. Consideramos, no entanto, que a realidade historiográfica é mais complexa do que as leituras propostas por empiristas ou por subjectivistas, tornando-se fundamental recorrer a instrumentos de análise sofisticados sempre que se pretende analisá-la.

Se cruzarmos ambas as cronologias, verificamos que os regimes demoliberais monárquico e republicano, independentemente de vectores de autoritarismo e do predomínio de algumas “escolas historiográficas”, viabilizaram e legitimaram-se através de um relativo pluralismo científico e ideológico. A fase de estruturação e a longa duração do regime de tipo fascista foram acompanhadas, quer por um intensificar do debate cultural e político — encarado como sintoma de “crise e decadência” —, quer pela implantação de uma “historiografia oficiosa” (tida como regeneradora e pacificadora). Finalmente, a implantação e a vigência da democracia coincidem, tanto

com a reintrodução do pluralismo e da abertura a múltiplas influências externas, como com o aumento da autonomia da vertente científica face à componente ideológica do discurso historiográfico (com a diminuição do respectivo grau médio de instrumentalização e polemicidade).

Antes de focalizarmos a atenção nos períodos da Ditadura Militar e do Estado Novo, salienta-se que nas primeiras três décadas do século XX ocorreu, também, entre nós como nos países mais desenvolvidos, a etapa de afirmação da historiografia enquanto saber específico e profissionalizado, fruto, sobretudo, da “actuação certificada” de um grupo de técnicos com formação académica parcialmente especializada em história (na realidade geminada com geografia e/ou com filosofia). Até aos inícios/meados dos anos trinta, a totalidade da produção historiográfica portuguesa resultou da actividade de estudiosos amadores e, por vezes, autodidatas. Lembramos que as primeiras Faculdades de Letras foram criadas em 1911 nas Universidades de Lisboa e Coimbra e que não houve antes cursos de bacharelato ou de licenciatura em História e Geografia, em História e Filosofia ou em História.

Encarando-se a si própria e apresentando-se aos outros como conjunto de pessoas, de práticas, de conhecimentos e de valores regeneradores, a coligação de correntes políticas que protagonizou a contestação radical e o derrube da Primeira República demoliberal, que transformou a Ditadura Militar no Estado Novo e que assegurou a reprodução do “fascismo luso” até 1974 utilizou, desde o início, a historiografia e a “memória histórica” enquanto instrumentos essenciais de legitimação e de propaganda. Porque partilharam os mesmos ideais do regime ou em resultado da acção repressiva — preventiva e punitiva, explícita e difusa — do mesmo, pelo menos até ao final da década de 1960 muitos dos historiadores e dos divulgadores de história aceitaram participar no referido movimento de reformatação da historiografia, da “memória histórica” e da “identidade histórico-cultural” portuguesas.

Fruto do empenhamento numa convergência deliberadamente flutuante entre concepções modernizadoras, conservadoras e tradicionalistas, institucionalistas e radicais, elitistas e mobilizadoras, o poder salazarista acabou por encontrar uma solução unificadora em termos de configuração do discurso historiográfico. O “historicismo neo-metódico” parece ter-se revelado o instrumento adequado de hegemonização da



historiografia, do ensino e da divulgação da história, de condicionamento da “memória histórica” e das representações sobre a “identidade histórico-cultural”.

Durante a Primeira República e na primeira metade da Ditadura Militar, a impossibilidade de recorrer às capacidades coercivas e persuasivas do Estado obrigara os “intelectuais orgânicos” da “Revolução Nacional” a utilizar diversas leituras historiográficas, muitas das quais explicitamente ideológicas e polémicas: o historicismo irracionalista e providencialista associado ao Integralismo Lusitano (representado por António Sardinha), o positivismo de direita ligado à Democracia-Cristã Conservadora (simbolizado por Manuel Gonçalves Cerejeira), o organicismo corporativista (representado por João Ameal) e o ultra-nacionalismo de pendor darwinista social próximo do Nacional-Sindicalismo (simbolizado por Alfredo Pimenta), etc.

Após 1930, a ditadura salazarista — o Governo, no aparelho de Estado, nas Universidades e em organizações da “sociedade civil” —, optou por consolidar e impôr um único discurso historiográfico que reforçasse a coesão ideológica e simbólica do regime mas que, ao mesmo tempo, negasse ou camuflasse a sua natureza de narrativa politicamente empenhada. Tal como o Estado Novo recusava ser classificado enquanto solução fascista (apesar de ter adoptado, em grau significativo, a generalidade das características daquele tipo de totalitarismo de direita), também o “historicismo neo-metódico” surgiu como registo oficioso e não enquanto leitura oficial; como “esforço objectivo” — porque empírico — de “reconstrução do passado” e, a partir deste, de construção do “projecto verdadeiro” (porque religiosa, filosófica e cientificamente “correcto”) de presente e de futuro.

Durante o seu longo período de estruturação e reprodução, o “historicismo neo-metódico” significou, nomeadamente, empirismo factualista e valorativo (dicotómico); delimitação de objectos de estudo de curto e médio prazos, ignorando-se as análises de longo prazo; nacionalismo e eurocentrismo; preferência pelas idades clássica, medieval ou moderna e ‘esquecimento’ da época contemporânea; valorização das vertentes político-institucional, militar e diplomática, religiosa e da cultura erudita, com a inerente desvalorização das questões económicas, sociais e das “culturas heterodoxas”; atribuição de relevância explicativa à actuação das “grandes personalidades” — responsáveis pelas “grandes ideias” e pelos “grandes acontecimentos” — e

silenciamento do papel desempenhado por “determinadas camadas da população (pobres, mulheres e crianças, minorias, membros de “raças inferiores”, etc.); identificação de “períodos de apogeu”, “épocas de decadência” e “etapas indignas” (“invasão muçulmana” e “domínio filipino”, por exemplo); limitação dos contactos com estudos e investigadores de diversos outros países e diabolização/perseguição dos proponentes de historiografias alternativas.

Mesmo reconhecendo operatividade à proposta interpretativa global — ou genérica — apresentada, considera-se, no entanto, ser necessário introduzir alguns elementos aparentemente dissonantes que, por um lado, ajudam a conhecer o processo de efectiva implantação da hegemonia do “historicismo neo-metódico” e que, por outro, contribuem para a anulação do efeito de “inevitabilidade teleológica” ou de “coerência absoluta” (deliberada ou inadvertidamente) associado à utilização de lógicas explicativas estruturais. Trata-se, não de recusar validade a modelos de média e grande dimensões, mas de defender que a eficácia dos instrumentos teóricos sai reforçada sempre que se incorporam nos mesmos vectores de resistência — passiva ou activa — a tendências crescentemente maioritárias mas não imediatamente exclusivas.

Complementarmente às leituras historiográfico-ideológicas “fracturantes” vigentes nas décadas anteriores — já referidas —, ao longo dos anos trinta e quarenta outros registos interpretativos divergentes da ortodoxia em vias de afirmação foram cultivados por historiadores e estudiosos da história que integravam a “base intelectual” de apoio à Ditadura Militar e ao Estado Novo. Evocam-se algumas situações concretas, neste caso associadas à evolução da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). João Serras e Silva era médico e docente da Faculdade de Medicina da mesma instituição de ensino superior, militante da “acção católica” e um dos mentores da geração de estudantes da Universidade de Coimbra e dirigentes do Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra na qual se destacaram Manuel Gonçalves Cerejeira e António de Oliveira Salazar.

Estudioso de teoria e didáctica da história, de história dos “Descobrimentos” e dos colonialismos europeus, de sociologia e “medicina social”, João Serras e Silva colaborou, também, com a FLUC e com a Escola Normal Superior da UC até aos anos trinta. Assumiu um registo historiográfico próximo do “idealismo crítico” tal como o mesmo foi protagonizado em Portugal, entre outros, por António Sérgio. A

compreensão do passado de Portugal passaria pela reconstituição e interpretação dos momentos de escolha entre “política de transporte” e “política de fixação”; pela análise da responsabilidade das elites no fracasso das colonizações portuguesa e espanhola (senhorialistas e clericais), nomeadamente se comparadas com os impérios britânico, francês e holandês (proto-capitalistas).

Tendo começado por exercer a docência na Faculdade de Letras da Universidade do Porto — criada em 1919, encerrada em 1928 por razões político-ideológicas e reinstalada apenas em 1961 —, Torquato Brochado de Sousa Soares foi discípulo do historiador espanhol Claudio Sánchez-Albornoz (apoiente da República democrática e opositor à ditadura franquista) e concretizou o respectivo projecto de doutoramento a partir de uma matriz mista de pensamento corporativista e de historiografia institucional e política clássica. O poder municipal no Porto durante a Idade Média compreender-se-ia melhor se fosse encarado como um espaço de confronto de interesses sociais (dos comerciantes, artesãos e agricultores; da nobreza e do clero) regulados pela vontade dos monarcas e pelas normas jurídicas. Já na FLUC e na qualidade de principal responsável pela dinamização da *Revista Portuguesa de História* (existente desde 1940), terá inicialmente procurado assegurar a publicação de recensões críticas sobre as historiografias espanhola e francesa, italiana e belga, britânica e norte-americana; acerca de autores e obras claramente marcados pelos pressupostos do “idealismo crítico”, da história institucional e política clássica, da história económica e social clássica, da “nova história”.

Logo a partir do início da década de 1960 ou na primeira metade dos anos setenta, historiadores politicamente pouco activos ou defensores do regime passaram a abordar na FLUC temáticas que implicavam a desagregação do domínio quase absoluto do “historicismo neo-metódico”. Versaram-se questões como os comportamentos sociodemográficos, as actividades e as políticas económicas e sociais, o controlo dos poderes municipais pelas elites locais, a importância dos conflitos coloniais para os Estados e para o sistema de relações internacionais na Época Moderna; o liberalismo como de agente de transformação (em Portugal, na Europa e no Mundo) nos planos político-institucional, socioeconómico, cultural e religioso.

Sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, no exílio e/ou vivendo em Portugal, diversas personalidades oposicionistas — próximas dos sectores

“republicanos e socialistas” ou do Partido Comunista Português — procuraram contestar a mundividência imposta pelo Estado Novo. Enquanto ensaístas ou na qualidade de historiadores mas muitas vezes com limitações no acesso a documentação e, mesmo, a bibliografia actualizada, estudaram temáticas “proibidas” e/ou defenderam leituras próximas do “idealismo crítico”, do marxismo ou da “nova história”. Destacamos, entre outros, os nomes de António Sérgio e Jaime Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho e Eduardo Lourenço, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Victor de Sá e Joaquim Barradas de Carvalho, Jorge Borges de Macedo e Joaquim Veríssimo Serrão, Óscar Lopes e António José Saraiva, Adérito Sedas Nunes e José Augusto França, António Borges Coelho e José Manuel Tegarrinha, Miriam Halpern Pereira e Manuel de Lucena.

### **3. Correntes historiográficas e instituições produtoras de conhecimento histórico**

Enquanto entidade produtora e, antes de mais, na qualidade de espaço de reapropriação de propostas científico-ideológicas geradas em países centrais, Portugal — a “comunidade científica”, o aparelho de Estado e a “sociedade civil” — conheceu e organizou a sua relação com “o passado” através da mediação de diversas correntes ou “escolas” historiográficas. Correndo, embora, o risco de esquematizar, elencamos a “escola metódica” e o historicismo romântico, o positivismo e o marxismo, o “historicismo irracionalista” e o “idealismo crítico”, a história institucional e política clássica e a história económica e social clássica, a “nova história” e o “historicismo neo-metódico”, a *new economic history* e o “neo-narrativismo”. Tendencialmente, cada estudioso ou historiador recorre, em simultâneo, a várias grelhas interpretativas<sup>4</sup>.

Surgida no século XVIII no âmbito do processo de autonomização da ciência e da tecnologia relativamente à literal afirmação dos interesses dos detentores de poder político-militar, religioso ou económico (o Iluminismo no contexto do Despotismo Esclarecido), a “escola metódica” procurou afirmar a necessidade e a possibilidade de reconstruir e interpretar “os aspectos relevantes do passado” das “sociedades civilizadas” em geral e de cada Estado-Nação em particular. Através da verificação da autenticidade das “fontes escritas de cariz narrativo”; da identificação nos textos em

---

<sup>4</sup> Cfr., entre outros, F.M. Araújo, 2008; *Biblos*, 2011; M.F. Bonifácio, 1993; G. Bourdé, 1990; M.M. Carvalho, 2005; H.G. Dores, 2008; A.L.C. Homem, 1993; V. Neto, 2012; J.P.A. Nunes, 1995; *Revista Portuguesa de História*, 2011; L.R. Torgal, 1996.

causa das personalidades, das ideias e dos acontecimentos “fundamentais”; do estabelecimento de nexos causais entre esses “factos”, proceder-se-ia à elaboração da leitura verdadeira e crescentemente completa acerca “do passado”, explicitar-se-iam as “lições significativas” no que concerne ao presente e ao futuro.

Quando, ao longo do século XIX, as “classes médias” tentaram e/ou conseguiram aceder ao poder político, criticou-se o excessivo elitismo, empirismo e factualismo da “historiografia metódica”. Para além da legitimação dos regimes liberais conservadores e das relações socioeconómicas capitalistas, seria necessário redescobrir os “agentes históricos colectivos”, bem como os “antecedentes” pré-medievais, medievais e modernos da burguesia, da laicidade cultural e dos sistemas políticos contemporâneos. Em Portugal, a figura de Alexandre Herculano simbolizaria esse esforço de renovação: militante liberal e exilado, estudioso da história e literato, organizador de instituições arquivísticas públicas e polemista, combinava o rigor metodológico da “escola metódica” com as ambições de análise estrutural e globalizante do historicismo romântico.

Partindo, embora, de pressupostos e objectivos diferentes, com o positivismo e com o marxismo defendeu-se que, à semelhança da filosofia, da economia e da sociologia, a historiografia deveria passar a utilizar modelos teóricos complexos para explicar as características e prever a evolução da humanidade. De forma ainda mais explícita do que os intelectuais liberais (românticos), os positivistas — de vários matizes políticos — e os marxistas encararam a história como espaço de verificação empírica de uma determinada teoria da história, ou seja, de uma compreensão filosófica e cientificamente “correcta” acerca dos mecanismos explicativos, do sentido das transformações e das permanências que marcariam o devir das sociedades humanas.

De acordo com estas perspectivas cientistas e teleológicas, o “conhecimento verdadeiro” sobre a realidade (passada ou futura) deveria ser aplicado à governação, quer da “natureza envolvente”, quer das relações sociais. Só assim as elites, as Nações e/ou os povos poderiam agir em convergência com as “leis da natureza” e com as “leis da história”, evitando a desordem e o sofrimento, antecipando desfechos inevitáveis ou, pelo menos, grandemente prováveis. Entre nós, do último quartel do século XIX aos anos setenta do século XX, nomes como os de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Joaquim Teófilo Braga, António Marnoco e Sousa, Manuel Gonçalves Cerejeira, Bento

de Jesus Caraça ou Álvaro Cunhal representam algumas das concretizações máximas das versões positivista e marxista do “paradigma moderno”.

Em sentidos opostos e num registo sobretudo ensaístico, tanto o “historicismo irracionalista” como o “idealismo crítico” emergiram enquanto vectores de contestação do predomínio da “escola metódica” e do positivismo. Os cultores de ideários tradicionalistas — utopias regressivas — defendiam que a “identidade nacional”, demonstrável ou comprovável pelo discurso historiográfico, decorreria do “meio físico” e da “raça”, da intervenção divina e da acção das elites; da reprodução da Monarquia Absoluta, da hegemonia da Igreja Católica e da ruralidade (de uma sociedade organicista e hierárquica, baseada no sector primário e cujas “classes baixas” aceitavam a inevitabilidade da pobreza).

No que concerne ao “idealismo crítico”, recusava os determinismos inerentes ao liberalismo, ao positivismo e ao primeiro marxismo, propondo interpretações multicausais e possibilistas, reconhecendo a importância dos constrangimentos estruturais mas afirmando a relevância das “intervenção esclarecidas” dos indivíduos, das instituições e organizações, de outras entidades colectivas. Estar-se-ia, assim, perante uma antevisão de pressupostos do “paradigma neo-moderno”, associável à crítica ao monismo — à intolerância intelectual e política — das sucessivas concretizações do “paradigma moderno”.

Fruto de debates e de necessidades predominantemente historiográficos, a história institucional e política clássica e a história económica e social clássica, de origem talvez espanhola e belga, visariam atribuir relevância acrescida a problemáticas até então pouco valorizadas: o funcionamento e as ligações sociais das instituições político-administrativas, a actividade económica e os grupos sociolaborais. Recusaram, no entanto, alterar os respectivos padrões epistemológico (empirista) e metodológico (autenticação e análise descritiva de documentação escrita narrativa). Em Portugal, é adequado referir, tanto os nomes de Torquato de Sousa Soares — defensor da história institucional e política clássica até ao pós-Segunda Guerra Mundial — e de Virgínia Rau — docente da Faculdade de Letras de Lisboa e cultora da história económica e social clássica a partir do final da década de 1940 —, como a influência de Claudio Sánchez-Albornoz e de Charles Verlinden.

Inicialmente proposta em França — com a “Escola dos *Annales d’Histoire Économique et Sociale*” — e, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, assumida na generalidade dos países capitalistas desenvolvidos, desdobrando-se em sucessivas conjunturas e em diversas correntes (muito ou pouco influenciadas pelo marxismo e pelo estruturalismo), a “nova história” acabou por conquistar o predomínio no universo da produção historiográfica profissional, ou seja, no sistema internacional de investigação e ensino superior da História. Décadas antes da erupção da “crítica pós-moderna” ao “paradigma moderno”, os “novos historiadores” tentaram modificar os termos dos debates e da prática historiográfica nos planos deontológico e epistemológico, teórico e metodológico. Constituíram-se, assim, num dos vectores pioneiros de explicitação do “paradigma neo-moderno”, alternativo tanto ao “paradigma moderno” como ao “paradigma pós-moderno”.

Defenderam e defendem os “novos historiadores” a responsabilidade social da ciência e da tecnologia quanto à produção e à divulgação de conhecimento tão objectivante — complexificante e desalienante, autocrítico e teoricamente fundado — quanto possível acerca da realidade. Advogam as vantagens da colaboração interdisciplinar e da utilização de conceitos de grande, média e pequena dimensão oriundos de vários sistemas interpretativos; do recurso a análises de escala estrutural, conjuntural e factual; do abandono de critérios eurocêntricos em favor de abordagens multiculturalistas; da análise de todas as temáticas e do recurso a um leque variado de documentação (material e gráfica, audiovisual e digital, oral e escrita — manuscrita ou impressa, narrativa ou serial). Entre nós, o pioneirismo e o mais elevado grau de internacionalização coube, até à Revolução do 25 de Abril de 1974, a Vitorino Magalhães Godinho.

Resultados muito ou pouco esperados da “Revolução pós-moderna”, a *new economic history* (ou econometria retrospectiva) e o “neo-narrativismo” consubstanciariam as duas tendências decorrentes, para o universo da historiografia, da crítica radical feita ao “paradigma moderno” e, mesmo, ao “paradigma neo-moderno”. Perante a suposta impossibilidade ontológica de produzir conhecimento científico de cariz estrutural e totalizante sobre quaisquer objectos de estudo, restariam, por um lado, a “objectividade” associada à aplicação de metodologias empiristas de base matemática

à reconstituição da “vertente económica” das sociedades humanas; por outro, leituras assumidamente “subjectivas” — ideológicas — a propósito “do passado”.

Assumiriam estas interpretações (os discursos “neo-narrativistas”) um pendor factualista e descritivo, emotivo e valorativo; destacariam o papel desempenhado por actores individuais nos âmbitos político-administrativo, militar e diplomático, da cultura e da religião eruditas; recorreriam, quase exclusivamente, a documentação escrita convencional. Em Portugal, salientamos o percurso de Jaime Reis — talvez o primeiro investigador nacional a adoptar os pressupostos da *new economic history* — e, mais em termos da defesa programática do “neo-narrativismo” do que da sua aplicação às respectivas produções historiográficas, os nomes de Maria de Fátima Bonifácio e de Vasco Pulido Valente.

Durante o século XX, as escolas de ensino superior concentraram, entre nós, grande parte da limitada capacidade institucional de produção de leituras sobre a história. O já de si relativamente escasso espaço ocupado, até ao início da década de 1930, por academias científicas e por outras associações de cariz cívico-cultural — explicável pela postura absentista adoptada por segmentos significativos das elites socioeconómicas e pela precariedade do acesso das “classes populares” à cultura erudita —, reduziu-se ao longo do Estado Novo devido à natureza tendencialmente totalitária do regime. No entanto, durante as primeiras sete décadas de oitocentos, estudiosos amadores (sem ou com formação académica em história) tinham mantido uma presença relevante na oferta nacional de discursos historiográficos.

Fundado em 1858 e inaugurado em 1861 em Lisboa, o Curso Superior de Letras reintroduziu em Portugal o ensino superior das humanidades e de algumas das ciências sociais. Essencialmente vocacionado para o gerar de leituras de natureza ensaística, para a formação de quadros superiores da administração pública e da “sociedade civil”, integrava, numa única oferta curricular de três anos, componentes das filologias clássicas, românicas e germânicas; da filosofia, da história e da geografia. Devido à ausência de exemplos externos e à aparente ou efectiva acessibilidade do “conhecimento sobre o passado”, continuou, assim, a não existir entre nós formação especializada e produção profissionalizada de discursos historiográficos. Algo de semelhante aconteceu, entretanto, com a geografia, a sociologia e a antropologia.



Coerentemente com os objectivos “regeneradores” da Revolução de 5 de Outubro de 1910, em Abril de 1911 o poder republicano determinou a criação de Faculdades de Letras nas Universidades de Lisboa e de Coimbra (FLUL e FLUC). No primeiro caso, a base de estruturação da nova Faculdade foi o Curso Superior de Letras, no segundo da Faculdade de Teologia. Se o predomínio das concepções positivistas acarretou, em ambas as situações, a geminação da história com a geografia e o estabelecimento de laços de interdisciplinaridade com as filologias, a filosofia, a história do direito e a antropologia (cursos de quatro anos em “Ciências Históricas e Geográficas”), não garantiu, no entanto, a introdução da sociologia ou o estabelecimento de vectores significativos de cooperação permanente com a economia. Durante a Ditadura Militar e no Estado Novo, a geminação passou, entretanto, a ser feita com a filosofia (predominantemente de matriz neotomista). A partir de 1957, assistiu-se à plena autonomização da história e, só em 1980, ao reconhecimento da especificidade da arqueologia e da história da arte.

No rescaldo do sidonismo e das iniciativas “monárquicas autoritárias” de 1918 e 1919, em 1919 o Governo da “Nova República Velha” decidiu penalizar o suposto conservadorismo “filosófico e científico” de muitos professores da Universidade de Coimbra extinguindo a FLUC e criando a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Se, por um lado, a FLUC não chegou a ser encerrada, por outro a FLUP apresentou na Secção de História — como nas outras áreas de saber —, até ser extinta por um Executivo da Ditadura Militar em 1928, maior presença de valores ideológicos de centro/esquerda e de posturas profissionais modernizadoras (em termos de correntes historiográficas, de grau de interdisciplinaridade e de nível de internacionalização).

Fundada em 1936 no âmbito do esforço de consolidação político-ideológica e cultural do Estado Novo, a Academia Portuguesa da História iniciou a actividade em Janeiro de 1938. Procurou apresentar-se como continuadora da Academia Real Portuguesa da História (instituição criada em 1720 por D. João V e desactivada na segunda metade do século XVIII), ou seja, enquanto exemplo de “regeneração nacional” e de recuperação de um momento de “grandeza pátria”. Em todos os seus âmbitos de intervenção — cooptação e consagração de investigadores, publicação de documentação e de textos de cariz historiográfico, dinamização de “comemorações histórico-patrióticas”, reforço de contactos com outros países —, a Academia contribuiu

para a afirmação da hegemonia do “historicismo neometódico”: presença de valores nacionalistas e eurocêtricos, legitimação do corporativismo autoritário e do colonialismo; prevalência dos períodos medieval e moderno, das vertentes político-militar, religiosa e da cultura erudita; naturalização de estratégias propagandísticas da ditadura.

Instituída em 1956 por decisão de um cidadão estrangeiro e com a autorização renitente do Estado Novo, a Fundação Calouste Gulbenkian acabou por desempenhar até à Revolução de 1974, tanto uma função de apoio a investigadores que eram discriminados ou perseguidos pela ditadura — nomeadamente quando eram forçados ou quando optavam por exilar-se —, como um papel de facilitação do acesso a bibliografia, eventos científicos e debates culturais estrangeiros. Se, por um lado, diversos historiadores defensores do “idealismo crítico”, do marxismo e/ou da “nova história” beneficiaram dessa possibilidade de fuga ao monopólio — ou à hegemonia — e à violência (preventiva ou punitiva) do regime, por outro essa mesma postura gerou a hostilidade por parte da polícia política e de múltiplas outras instituições e organizações estruturantes do salazarismo.

#### **4. A historiografia e outras ciências/tecnologias sociais**

Dando continuidade ao esforço de estruturação do regime liberal conservador concretizado ao longo do século XIX, também no século XX se assistiu em Portugal ao desenvolvimento de tecnologias derivadas da historiografia. Face à “emergência das massas” na vida pública, o Estado — demoliberal, autoritário, totalitário e democrático — procurou ampliar, quer o nível de integração das classes populares no sistema político, quer o grau de subordinação daquelas às ideologias e às elites dominantes. Focalizamos a atenção na didáctica da História, no património cultural e na museologia, na arquitectura e no urbanismo, na cultura organizacional. Propomos, também, alguns vectores de comparação entre o enquadramento político-administrativo da historiografia e do direito, da economia, da sociologia e da antropologia<sup>5</sup>.

Surgida na segunda metade do século XIX como saber tecnológico autónomo, a didáctica da História procura analisar o modo de transposição da história-ciência para a

---

<sup>5</sup> Cfr., nomeadamente, J.R.C. Brites, 2012; M.M. Carvalho, 2005; M. Ferro, 1985; A.S. Nunes, 1988; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 1996/1997; *Revista Portuguesa de História*, 2007; G.D. Santos, 2005; L.R. Torgal, 1989.

história-docência, as metodologias e recursos de trabalho — lectivo, extra-lectivo e extra-curricular — com os estudantes, indicadores de avaliação das transformações geradas nos discentes pelo contacto com as disciplinas de História. No âmbito das Escolas Normais Superiores criadas na Universidade de Lisboa e na Universidade de Coimbra, durante a Primeira República e na etapa inicial da Ditadura Militar visou-se fomentar o desenvolvimento da área tecnológica em causa, promover o debate com várias correntes filosóficas e historiográficas, incentivar os contactos internacionais.

Inversamente, o salazarismo optou por encerrar as Escolas Normais Superiores (logo em 1930), por transformar a didáctica da História num saber totalmente governamentalizado e fechado num horizonte nacional. Passou a mesma a ser reproduzida através do Ministério da Instrução Pública (Ministério da Educação Nacional depois da “reforma Carneiro Pacheco” de 1936), dos Liceus Normais — que asseguravam a formação inicial dos professores do “ensino liceal” — e das Escolas do Magistério Primário (nas quais decorreu a formação inicial dos professores do “ensino primário”).

No que concerne ao património cultural e à museologia, tecnologias decisivas para a gestão da memória e da identidade, a Primeira República e a Ditadura Militar convergiram na afirmação do predomínio de concepções nacionalistas em termos ideológico-culturais, restritivas em termos técnicos (preferência pela classificação de vestígios de cultura erudita e exclusividade da museologia tradicional). Aceitaram, no entanto, o envolvimento relativamente plural de individualidades e organizações da “sociedade civil”; mostraram disponibilidade para debater com concepções e propostas alternativas; revelaram incapacidade para concretizar muitos dos projectos apresentados e defendidos como fundamentais.

Como vectores nucleares de consolidação do Estado-Nação e de afirmação do mesmo no plano internacional — face aos outros Estados e às populações a “civilizar” —, o património cultural e os museus concentrar-se-iam nos testemunhos demonstrativos da antiguidade, coesão e grandeza do povo português (da “raça lusa”). Ou seja, preservaram vestígios arqueológicos — ilustrativos dos antecessores da Nação —, produção artística erudita (comprobativa do nascimento e da evolução da Nação e do Estado), espécimes da “história natural” — testemunho da capacidade de conhecer e dominar a natureza através da ciência e da tecnologia —, vestígios etnológicos e

etnográficos (provas da capacidade para conhecer, superar ou dominar “povos primitivos”).

Quanto ao Estado Novo, terá optado desde o início da década de 1930 por consolidar e reforçar o referido perfil de abordagem das questões do património cultural, da museologia e da “identidade histórico-cultural”. Pretendeu-se afirmar definitivamente que Portugal era uma Nação e um Estado antigos e de matriz católica, relevantes para a afirmação da “Civilização Cristã e Ocidental” e investidos de uma “responsabilidade de tutela” sobre “populações e territórios não autónomos”. Passaram a ignorar-se ou, pelo menos, a desvalorizar-se os vestígios associados aos judeus, muçulmanos e escravos. Impôs-se, mesmo depois de 1945, a hegemonia da museologia tradicional e o quase monopólio do regime — Governo, aparelho de Estado e organizações oficiosas da “sociedade civil” — em termos de produção de iniciativas de patrimonialização e de discursos identitários. Investiu-se mais, tanto em conservação e restauro de monumentos tradicionais (“edifícios antigos” de função político-militar, religiosa, nobiliárquica ou cultural erudita), como em garantir que segmentos amplos da população eram influenciados por estas “narrativas ilustradas” sobre “o passado, o presente e o futuro”.

Desde a etapa final da ditadura (vejam-se os exemplos do Sindicato Nacional dos Arquitectos, do Museu Nacional de Etnologia, do Museu Calouste Gulbenkian e do Centro Nacional de Cultura) mas, sobretudo, no seguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974, procurou-se reduzir a distância que, também neste âmbito, separava Portugal de países mais desenvolvidos e com regimes democráticos ou demoliberais. Reforçaram-se os laços entre estas tecnologias e as ciências sociais — a “nova história”, a “nova arqueologia” e a “nova história da arte”; a “nova antropologia” e a “nova sociologia” —; afirmou-se a legitimidade e as virtualidades da existência de várias perspectivas sobre património cultural e museologia, de múltiplas identidades histórico-culturais a montante e a jusante da “identidade nacional” (locais, regionais, europeia e mundial; de género e etárias, socioeconómicas e socioculturais, étnicas e /ou religiosas); assistiu-se ao emergir do “novo património cultural”, da “nova museologia” e da “museologia pós-moderna”.

Em convergência com a postura adoptada face ao património cultural e à museologia, o Estado Novo estabeleceu e reproduziu durante décadas uma leitura

oficial acerca do que deveria ser a arquitectura pública — tanto quanto possível, também a arquitectura privada — e sobre o modo como ocorreria a “regeneração das cidades e vilas portuguesas” (ou, pelo menos, das zonas dessas localidades tidas como urbanisticamente relevantes). Atribuiu-se prioridade à proclamação da grandeza recuperada pelo regime em nome do Estado e da Nação; à explicitação inequívoca de uma determinada imagem do salazarismo, de pendor misto porque historicista e, ao mesmo tempo, modernista. A “arquitectura do Estado Novo” foi, assim, quase sempre, uma reinterpretação monumentalista e moderna de correntes estéticas clássicas ou neoclássicas, regionalistas ou historicistas. O urbanismo subordinou a evolução das “áreas nobres” das localidades ao “imperativo categórico” do respeito pelas “identidades históricas” locais, regionais e nacional, da “dignificação do Estado” e da “protecção de monumentos nacionais”.

Por iniciativa do salazarismo e de organizações da “sociedade civil” — muitas das quais com fortes ligações ao regime —, a cultura organizacional resumiu-se, por norma, nas décadas de trinta a sessenta, a discursos e iniciativas laudatórios dos momentos e individualidades fundadores; à identificação de períodos gloriosos e de vectores de colaboração com a ditadura; à naturalização das opções realizadas. Visou-se, pois, negar sistematicamente a natureza ideológica das escolhas feitas através da apresentação das mesmas como soluções únicas e indiscutíveis, como “prolongamentos necessários” de identidades e de evoluções históricas absolutas. Evitou-se, assim, quase sempre, estabelecer ligações entre a cultura organizacional, a historiografia sobre a época contemporânea e a arqueologia industrial (o estudo da cultura material dos séculos XVIII a XX); entre a cultura organizacional e temáticas como a “questão social”, a “situação da mulher”, os acidentes e doenças profissionais, os “problemas ambientais”.

Considerando que a observação comparativa de problemáticas similares pode contribuir para o reforço da operatividade das análises propostas acerca de um determinado objecto de estudo, esboçamos em seguida algumas linhas de interpretação sobre a forma como o Estado Novo se relacionou com a historiografia, o direito, a economia, a antropologia e a sociologia. Chama-se, entretanto, a atenção para o diferente grau de centralidade que cada uma das áreas de conhecimento elencadas teve para a ditadura chefiada por António de Oliveira Salazar e por Marcelo Caetano. Se o

direito e, em menor grau embora, a economia foram encarados como saberes científicos e/ou tecnológicos nucleares, a historiografia, a antropologia e a sociologia mantiveram-se como áreas de conhecimento semi-periféricas para as elites político-administrativas. Apenas algumas elites intermédias — historiadores, antropólogos e sociólogos; professores, arquivistas, museólogos e outros especialistas em património cultural — as encaram como saberes fundamentais.

Se observarmos o exemplo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), poderemos verificar que, durante o Estado Novo, aquela unidade orgânica manteve maior autonomia face ao poder político e maior pluralismo ideológico do que os que foram reivindicados pela e autorizados à Faculdade de Letras da mesma Universidade. Apesar de António de Oliveira Salazar e de outros dirigentes do regime serem oriundos da FDUC, esta escola continuou a adquirir livros e revistas heterodoxos, a leccionar sobre temáticas geradoras de polémicas científico-ideológicas, a contratar como docentes juristas que tinham manifestado a sua oposição à ditadura. Talvez a explicação para esta aparente contradição possa ser encontrada no predomínio da concepção segundo a qual a formação das futuras elites do Estado e da “sociedade civil” exigia o contacto dos estudantes com várias leituras da realidade sob a tutela dos docentes melhor preparados. Algo de similar teria ocorrido nas escolas superiores de economia.

De forma equivalente ao sucedido com a historiografia e com tecnologias sociais dela derivadas, a sociologia e a antropologia foram alvo de intervenções muito restritivas durante o Estado Novo. Eventualmente porque foi associada à análise crítica das estruturas sociais e, especificamente, das relações entre assalariados e empresários num contexto de economia capitalista, a sociologia não chegou a ter acolhimento no sistema universitário e praticamente desapareceu do panorama intelectual português nas décadas de 1930 a 1950. Apenas nos anos sessenta, por iniciativa de Adérito Sedas Nunes (fundador do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa — hoje Instituto de Ciências Sociais — e da revista *Análise Social*), esta área do saber voltou a ser cultivada em Portugal em unidades de investigação, em instituições de ensino superior e na “sociedade civil”.

Relativamente à antropologia, o salazarismo, as universidades e organizações da “sociedade civil” convergiram para a continuação, até ao início da década de 1960, de

um perfil herdado do século XIX mas que foi sendo descontinuado na generalidade dos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Por um lado, a antropologia física (ou antropometria) focalizou parte essencial da sua atenção na identificação das “provas fisiológicas” da superioridade de cada povo — ou “raça” — e de cada indivíduo (mais ou menos capaz ou incapaz, moral ou imoral); na demonstração da tese segundo a qual o Estado e a sociedade deveriam contrariar, tanto o nascimento de “mestiços” (fruto do “cruzamento de membros de raças superiores com membros de raças inferiores”), como a reprodução de pessoas “intelectual e fisicamente incapazes”. A antropologia cultural, também marcada pela presença de concepções darwinistas sociais e eugénicas, procurou estudar sobretudo, quer os “povos primitivos” das colónias — carentes de “tutela civilizadora” por parte dos portugueses —, quer os resquícios das “culturas pré-romanas” ainda presentes em zonas rurais das “províncias da Metrópole”.

## **Conclusão**

Pensamos ser possível afirmar que, para além das continuidades, a historiografia portuguesa no século XX foi marcada pela forma como os regimes políticos se estruturaram e procuraram (re)organizar, num primeiro plano, o sistema de investigação, ensino e divulgação científica; em termos mais gerais, o aparelho de Estado e a “sociedade civil”. Em particular a Ditadura Militar e o Estado Novo — soluções políticas de direita de cariz autoritário e totalitário — geraram transformações significativas na produção e na disseminação de discursos historiográficos, implicando a afirmação de uma “leitura oficiosa” (o “historicismo neo-metódico”); a repressão — preventiva e punitiva — de interpretações alternativas; uma substancial redução das ligações antes estabelecidas com as comunidades de historiadores de países desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio com regimes democráticos ou demoliberais.

Lembramos, ainda, que a hegemonia do “historicismo neo-metódico” implicou o quase desaparecimento da historiografia sobre a época contemporânea; o menor desenvolvimento da história económica e social; o ignorar de problemáticas tidas como “ofensivas para a dignidade e a grandeza nacionais” (as presenças judaica e muçulmana em território português, a escravatura e o trabalho forçado, as heresias e a religiosidade

popular, a situação da mulher, as condições de vida das classes populares, etc.); a negação da validade do debate deontológico e epistemológico, teórico e metodológico em nome da afirmação da indiscutibilidade de um empirismo valorativo, ou seja, da naturalização de interpretações predominantemente ideológicas acerca “do passado” e, consequentemente, “do presente” e “do futuro”.

Significativo é, também, que o processo de construção de uma tal modalidade de controlo da historiografia por um Estado tendencialmente totalitário — o qual contou com o apoio da Igreja/”acção católica” e dos “interesses económicos” — se tenha iniciado em 1930, antes mesmo da implantação formal do Estado Novo. Relevante é, igualmente, que essa hegemonia tenha sido interrompida antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, isto é, que o regime tenha perdido a capacidade de dominar a produção de memória histórica de cariz erudito a partir de finais da década de 1960 por influência, tanto de concepções ideológico-científicas oposicionistas, como de correntes historiográficas cultivadas em outros países (com destaque para a “nova história” e para o marxismo).

O grau de coerência e a sistematicidade com que, durante o salazarismo, se procurou instrumentalizar a memória histórica em favor da legitimação da ditadura é, finalmente, melhor observável se considerarmos em simultâneo a evolução de tecnologias associáveis à historiografia. A didáctica da História foi retirada do contexto universitário, “nacionalizada” e governamentalizada, daí resultando o corte dos respectivos contactos internacionais durante décadas. Nos âmbitos do património cultural e da museologia impôs-se, quer uma visão nacionalista, restritiva e segregacionista de património — que excluía todos os vestígios que não correspondessem à “identidade nacional” delimitada pelo regime e que ignorou activamente a cultura material da época contemporânea —, quer o quase monopólio da museologia tradicional.

Enquanto tecnologias e estéticas decisivas para a configuração do espaço público, a arquitectura e o urbanismo foram regulados de modo a explicitar uma mundividência historicista e organicista. Os edifícios oficiais e, sempre que possível, edifícios privados, anunciaram uma modernidade que decorria supostamente do “passado pátrio”: da Antiguidade Clássica, da história de Portugal, das “culturas populares” de matriz regional. A cultura organizacional tendeu a apresentar as



instituições públicas e as organizações privadas como parcelas do todo nacional, no sentido em que reproduziriam o mesmo modelo de liderança carismática e de funcionamento corporativo; no sentido em que procurariam contribuir para a “regeneração do país” inspirando-se nos “heróis de antanho” e rejeitando os “fatores de decadência” (com destaque para o século que decorreu entre a Revolução de 1820 e a “Revolução Nacional” de 1926).

Ao beneficiarem, aparentemente, de maior autonomia — nos planos nacional e internacional —, a investigação e o ensino universitário do direito e da economia, a respectiva divulgação e as correspondentes transferências de saber realçariam as limitações impostas pelo Estado Novo à historiografia, à sociologia e à antropologia (saberes encarados como de “relevância intermédia”). Se a historiografia e as tecnologias dela derivadas sofreram as amputações já recapituladas, a sociologia foi banida durante cerca de trinta anos e a antropologia mantida artificialmente, até à década de 1960, com um perfil semelhante ao dos inícios do século XX (darwinista social e eugénico, organicista, nacionalista e colonialista).

### **Documentação e bibliografia**

ARAÚJO, Francisco Miguel, *Faculdade(s) de Letras do Porto. Da (re)criação à Revolução*, Porto, 2008 (policopiado).

*Biblos*, vol. IX, 2ª Série, 2011, p. 7-374 (“FLUC (1911-2011)”).

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, "O abençoado retorno da velha história", *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 122, 1993 (3º), p. 623-630.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé, *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.

BRITES, Joana Rita da Costa, *O capital da arquitectura (1929-1970)*, 3 volumes, Coimbra, 2012 (policopiado).

CARVALHO, Maria Manuela, *Poder e ensino. Os manuais de história na política do Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

CATROGA, Fernando, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *Le phenomene “nouvelle histoire”. Stratégie et ideologie des nouveaux historiens*, Paris, Economica, 1983.

- DORES, Hugo Gonçalves, *A história na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*, Lisboa, 2008 (policopiado).
- Ensaaios de ego-história* (trad. do francês), Lisboa, Edições 70, 1989.
- Fazer história* (trad. do francês), 3 volumes, Amadora, Livraria Bertrand, 1977-1987.
- FERRO, Marc, *L'histoire sous surveillance. Science et conscience de l'histoire*, Paris, Calman-Lévy, 1985.
- HESPANHA, António Manuel, "História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna", *Ler História*, nº 9, 1986, p. 65-84.
- HESPANHA, António Manuel, "A emergência da história", *Penélope*, nº 5, 1991, p. 9-25.
- HOMEM, Armando Luís Carvalho, *Introdução à história*, Porto, 1993 (policopiado).
- JAMESON, Frederic, *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press, 1991.
- La nouvelle histoire*, Paris, Retz/CEPL, 1978.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, mitologia e imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- NETO, Vítor (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Edições Almedina, 2012.
- NUNES, Adérito Sedas, "Questões preliminares sobre as ciências sociais", *Análise Social*, nº 30/31, 1970, p. 201-298.
- NUNES, Adérito Sedas, "Histórias, uma história e a História. Sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal", *Análise Social*, nº 100, 1988, p. 11-55.
- NUNES, João Paulo Avelãs e outros, "Ensino da história: que conhecimento e que memória(s)?", *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989, p. 641-680.
- NUNES, João Paulo Avelãs, "Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949)", *Vértice*, II Série, nº 56, Setembro/Outubro de 1993, p. 13-23.
- NUNES, João Paulo Avelãs e outros, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, FLUC, 1993.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974)*, Lisboa, IIE, 1995.
- NUNES, João Paulo Avelãs, "As organizações de juventude e a memória histórica do Estado Novo (1934-1949)", *Anais. História*, vol. III/IV, 1996/1997, p. 235-275.

- NUNES, João Paulo Avelãs, "Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*", *População e Sociedade*, nº 8, 2002, p. 73-77.
- Revista de História Jerónimo Zurita*, nº 71, 1995, p. 47-58, 59-94, 309-345 ("La historiografía en el horizonte del año 2000. Actas").
- Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, p. 5-312 ("Teoria da história, história da historiografia e didáctica da História").
- Revista Portuguesa de História*, t. 42, 2011, p. 5-390 ("100 anos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra").
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.
- SANTOS, Gonçalo Duro dos, *A escola de antropologia de Coimbra (1885-1950)*, Lisboa, ICS, 2005.
- TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- TORGAL, Luís Reis e outros, *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- VATTIMO, Gianni, *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.